

Em Prol de uma Nova Ordem Social

A Posição do Episcopado Brasileiro na Década 1970-1980

Riolando Azzi

INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, a hierarquia católica foi tradicionalmente uma aliada do poder político, colaborando sempre para a manutenção da ordem estabelecida.

Durante o período colonial a fé católica era a religião oficial, e os membros do clero atuavam como funcionários do Estado português. Dentro desse contexto os bispos, por ocuparem uma posição de destaque na esfera política, estavam ainda mais comprometidos com o projeto colonizador lusitano. Na realidade, a Igreja constituía um departamento do Estado.

A partir de fins do século XVIII e primórdios do século XIX diversos membros do clero, imbuídos de idéias liberais, passaram a participar nos movimentos de luta pela independência. A hierarquia eclesiástica, porém, não se deixou influenciar por essas idéias, e manteve-se até o fim fiel à Coroa lusitana.

Quando se deu a separação entre o Brasil e Portugal, o episcopado considerou como sua missão a defesa do Trono Imperial, tanto no primeiro como no segundo reinado (1). Até 1889, quando foi proclamada a República, os bispos mantiveram-se fiéis à ordem estabelecida, sustentada até o ano anterior pelo sistema latifundiário escravocrata.

Com a separação entre Igreja e Estado em 1890, a hierarquia católica foi de certo modo afastada do poder político. Mesmo assim, os bispos nunca contestaram a nova ordem política estabelecida pelo regime republicano.

A partir dos anos 20, quando se iniciou uma série de movimentos visando mudar a ordem política e social, de novo Igreja e Estado se deram as mãos (2).

Com a vitória da revolução de 1930, a Igreja passou a oferecer sua colaboração ao novo governo, contribuindo assim para o fortalecimento da nova burguesia urbana emergente. Essa colaboração é ressaltada por Paulo José Krischke nos seguintes termos:

“Em conclusão, vê-se que a Igreja com os seus “intelectuais”, foi uma influência importante no desenvolvimento civil sobre o Estado Novo, pois forneceu apoio crítico às políticas estatais de cooperação de classes em torno da ideologia do nacionalismo. Dessa forma, a Igreja também ajudou a preparar as condições necessárias para a hegemonia aberta da burguesia no futuro, fato esse que ajuda a explicar a ausência de um partido Democrático Cristão verdadeiramente nacional no Brasil” (3).

O apoio da Igreja ao poder político manteve-se inalterado até o fim dos anos 50.

No início da década de 60 diversos movimentos, como a Ação Católica e o MEB, passaram a questionar a ordem vigente, e a apelar por reformas básicas. A esse respeito, escreve Francisco C. Rolim:

- (1) Vide Azzi, Riolando, *A defesa da ordem social no pensamento de D. Romualdo A. de Seixas, arcebispo da Bahia (1827-1860)*, in *Síntese*, 1979, nº 16, pp. 131-153.
- (2) Vide Azzi, Riolando, *O início da Restauração Católica no Brasil - 1920-1930 (II)*, in *Síntese*, 1977, nº 11, pp. 73-102.
- (3) Krischke, Paulo José, *A Igreja e as crises políticas no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 170. Crf Azzi, Riolando, *O episcopado brasileiro frente à revolução de 1930*, in *Síntese*, 1978, nº 12 pp. 47-78.

“É pelos anos 60, com o Movimento de Educação de Base, que se inicia de modo precário o trabalho de conscientização vinculado à necessidade de melhoria das condições de vida das populações pobres, e à dignidade da pessoa humana. É ainda em 60 que a JOC começa a ter significação” (4).

Esses movimentos receberam apoio de padres, e até mesmo de alguns bispos. Abre-se assim, portanto, um período novo na história da Igreja do Brasil, marcando o início de um interesse progressivo pelas causas populares. Foi esse comprometimento com as classes oprimidas que marcou a mudança de atitude da Igreja com relação à ordem social. Nesse sentido, escreve Luiz Gonzaga de Lima:

“No final dos anos 50 e começo dos anos 60, iniciou-se no Brasil o deslocamento de alguns setores da Igreja e de parte do mundo católico organizado, no sentido de uma aproximação ao movimento das classes dominadas (trabalhadores, subproletários), e das forças sociais que se batiam socialmente em prol de transformações das estruturas sociais a elas favoráveis. Iniciava-se então uma ruptura em relação ao papel desempenhado tradicionalmente por essas duas componentes da sociedade. Os setores que se deslocavam, passavam da defesa da estabilidade social, do “status quo”, à sua crítica”.

E o autor acrescenta em seguida:

“Nossa hipótese é que esse deslocamento se deve sobretudo ao envolvimento sempre mais intenso de setores do mundo católico nos conflitos sociais que caracterizavam o período”. (5)

Embora alguns bispos simpatizassem com as novas posições assumidas por leigos e padres católicos, uma mudança decisiva do episcopado brasileiro só se fará a partir dos anos 70, já em plena vigência do regime militar autoritário.

1. O EPISCOPADO E A ORDEM SOCIAL

As novas posições assumidas pela hierarquia católica em matéria de ordem social tem despertado a atenção não só da imprensa, mas até

(4) Rolim, Francisco Cartaxo, *Religião e classes populares*, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 25.

(5) Lima, Luis Gonzaga de Souza, *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 30.

mesmo dos políticos, bem como do próprio governo e dos órgãos de segurança nacional.

Não obstante, convém assinalar que a gestação dessa nova atitude do episcopado durou pelo espaço de dez anos. Enquanto já nos primórdios dos anos 60, grupos de leigos católicos assumem uma atitude de crítica à ordem vigente, os bispos só começarão a se pronunciar a esse respeito na década seguinte.

Nesse sentido, pode-se dizer que a atitude dos leigos católicos constitui um movimento precursor, e que progressivamente passa a envolver também os membros do clero e do episcopado.

Quando em 1964 os militares assumem o poder mediante um golpe de Estado, a declaração do episcopado brasileiro é ainda no sentido da tradicional colaboração entre Igreja e Governo. Nesse sentido, o texto do documento da CNBB é bastante expressivo:

“Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra”.

E os prelados acrescentam estas sintomáticas palavras:

“Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo comunista”.

Em seguida declaram enfaticamente:

“Protestamos fidelidade à norma que sempre orientou ou Bispos do Brasil, de colaborar com o Estado, em tudo o que visa ao bem comum e aos interesses da Pátria, na mesma linha de elevação, dignidade e desprendimento que tem sido a constante do Episcopado em toda a nossa história”. (6)

Mesmo após o Ato Institucional nº 5, que implantou explicitamente o regime ditatorial no país, a Comissão Central da CNBB, reunida em

(6) *Jornal O Globo*, 30 de maio de 1964.

São Paulo a 18 de fevereiro de 1969, sob a presidência do cardeal Angelo Rossi, ainda proclamava sua disposição de colaborar com o governo, nos seguintes termos:

“A Igreja Católica, cuja ortodoxia e ação no Brasil nos tem como responsáveis, — e que sempre esteve presente, de maneira positiva e benéfica, em todas as páginas de nossa história, — não pode fugir, na hora presente, de uma leal colaboração com o Governo em todos os setores onde sinceramente se procurem a verdade e a justiça, a liberdade e o amor”.

Todavia, a mesma declaração também premunia contra os possíveis perigos resultantes dessa medida do governo, com estas palavras:

“A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação dos direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento, de informação; ameaça a dignidade da pessoa, de maneira física ou moral; institui poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados, e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade”. (7)

A partir do ano seguinte, quando o regime de arbítrio começou a tornar patente uma política de violação dos direitos humanos, o episcopado brasileiro passou a questionar abertamente a ordem social sustentada pelo regime militar.

1.1. DEFICIÊNCIAS PASSADAS

Um fato novo e bastante alentador é a revisão crítica que os prelados brasileiros passam a fazer da atuação própria Igreja na história do Brasil.

Pela primeira vez os bispos começam a deixar uma linguagem de caráter ufanístico e apologético para analisar com mais serenidade a ação pretérita da instituição católica no país.

Batante significativo a esse respeito é o quadro traçado por D. Antônio Celso Queiroz, bispo auxiliar de São Paulo, em 1977. Eis suas palavras:

(7) SEDOC, 1969, abril, c. 1331.

“Lembremos a época colonial em que a Igreja era praticamente um departamento do Estado colonizador, situação fundamentalmente conservada, em termos de relacionamento com o Estado, durante a época imperial”.

Prossegue depois nestes termos:

“Na primeira república a Igreja, ancorada na concepção do duplo poder, viveu queixosamente a situação oficial de separação, e tentou encontrar canais e instrumentos de influência, coisa que conseguiu sobretudo nos últimos anos da república velha e durante o Estado Novo. Foi essa Igreja influente junto ao poder que participou ativamente da vida da sociedade brasileira, seja após a restauração democrática, seja na época do debate e dos primeiros passos sobre o desenvolvimento nos anos 50”.

Conclui depois com estas observações expressivas:

“Há uma longa tradição, quer de dependência, quer de colaboração o que supõe no mínimo, uma concordância fundamental de certos objetivos entre a Igreja e o Estado”. (8).

Como se vê, a análise torna patente a situação de compromisso político que caracterizou a Igreja no Brasil.

Reconhecer esse fato é sem dúvida um elemento muito importante para que se possa postular uma nova atitude por parte da hierarquia católica.

O documento “Eu vi os clamores do meu povo”, assinado por vários bispos e superiores religiosos vai ainda mais além, pois os prelados chegam mesmo a um sentimento de penitência por essas ambiguidades e comprometimentos na ação pretérita da Igreja. Eis o texto:

“Temos de reconhecer, com espírito de verdadeira humildade e penitência, que a Igreja nem sempre tem sido fiel à sua missão profética, ao seu papel evangélico de estar sempre ao lado do povo. Quantas vezes, envolvida nas malhas da iniquidade, que está também neste mundo, a Igreja tem feito o jogo dos opressores, tem favorecido aos poderosos do dinheiro e da política contra o bem comum, sob máscaras

(8) Queiroz, D. Antônio Celso, *A Igreja no Brasil*, Rio de Janeiro, CRB, 1977, p. 11.

enganadoras, por ingenuidade ou cavilação, numa triste deformação da mensagem evangélica". (9)

Em sentido análogo, escreve D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu:

"A Igreja nunca se poderá identificar com um sistema, um regime, um governo, partido: essa identificação (que lamentavelmente ocorreu em certos períodos históricos) acabaria por descaracterizá-la e por tirar-lhe a liberdade profética. Na América Latina a Igreja se identificou muito freqüentemente com os grupos do poder político e econômico. Infelizmente. Daí o descrédito que sofreu — Igreja instalada, Igreja privilegiada, Igreja dominadora". (10)

Não são ainda muitos os tópicos a esse respeito. Mas não deixa de ser significativo o fato de que membros da hierarquia eclesiástica, tão preocupados no passado apenas com o aspecto apologético da Igreja, comecem agora a fazer a autocrítica da própria instituição.

1.2. FUNDAMENTOS ÉTICOS

Os prelados brasileiros não se limitam a criticar a atuação passada da Igreja; sua preocupação básica é colaborar efetivamente para a construção de uma ordem social mais justa. A justificativa para essa nova atuação é encontrada nos pressupostos filosóficos da ética social.

Na concepção dos bispos, toda ordem política e social deve ser inspirada em fundamentos éticos. É essa razão ética que justifica a interferência da Igreja em assuntos políticos e sociais. Nesse sentido, os prelados declaram:

"A ordem política está sujeita à ordem moral. A Igreja, iluminada pela fé, procura definir com sempre maior clareza as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política.

Em seguida, afirmam explicitamente:

"Nós, pastores, temos consciência de não estarmos exorbitando de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os

(9) *Eu ouvi os clamores do meu povo*, in Lima, Luis Gonzaga de Souza, o.c., anexo 1, p. 195.

(10) *Boletim diocesano, Diocese de Nova Iguaçu*, n. 124, 1 de abril de 1970.

cristãos a assumirem suas função específica na construção da sociedade, de acordo com estes princípios". (11)

Preocupada anteriormente com uma ética de caráter individualista, a Igreja limitava-se a exortar os cristãos a cumprírem fielmente as próprias obrigações de estado — como membros de uma família e de uma sociedade — mas sempre dentro da ordem vigente no país.

Agora a hierarquia eclesiástica muda a sua perspectiva, e passa a valorizar uma ética de caráter eminente social, ou seja, numa preocupação básica com a justiça das estruturas sócio-econômicas.

É dentro dessa nova ótica que os bispos, referindo-se aos modelos de organização social, afirmam:

"Nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas".

E acrescenta com ênfase:

"A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indébita ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir na própria razão de ser do Estado". (12)

A ética cristã sempre foi concebida dentro de um universo que ultrapassa as categorias filosóficas, ou seja, sempre teve como fundamento último uma visão religiosa do mundo. Por essa razão, segundo os preladados, a fundamentação filosófica acha-se intimamente vinculada à uma perspectiva teológica.

1.3. FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS

Como membros da hierarquia eclesiástica, os bispos brasileiros fazem questão de explicitar que sua preocupação com os problemas de or-

(11) *Exigências cristãs de uma ordem política*, S. Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 6.

(12) *Exigências cristãs de uma ordem política*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 8-9.

ordem social são decorrentes de imperativos teológicos. Em outras palavras, constituem uma exigência de sua missão evangelizadora.

Um exemplo significativo dessa postura pode ser visto na carta pastoral do bispo de São Felix do Araguaia, datada de 29 de abril de 1970. Neste documento, D. Pedro Casaldáliga declara:

“Não podemos aceitar a dicotomia entre evangelização e promoção humana, porque acreditamos no Cristo, como o Senhor ressuscitado que liberta o homem todo e o mundo todo e nos salva em plenitude: progressivamente e dolorosamente aqui na terra, definitivamente e em glória, no céu”.

E prossegue em seguida nestes termos explícitos:

“Para nós, evangelizar é promover o homem concreto — o próximo próximo, e libertá-lo, sempre com aquele “plus” que a Encarnação e a Páscoa trazem à pessoa e à história humana.

Por causa disto bem ou mal, com tateios e em conflitos, sempre temos enfrentado a defesa dos direitos humanos e a promoção dos povos ao qual fomos confiados. Nas campanhas higiênicas; no ensino — alfabetização em S. Felix, em S. Terezinha e nas Campanhas Missionárias; nos cursos primários e no ginásio; na problemática agrária (posseiros, peões); e em frente a outras expressões políticas, comerciais e policiais”.

E depois conclui:

“Queremos e devemos apoiar o nosso povo, por-nos a seu lado, sofrer com ele e com ele agir. Apelamos à sua dignidade de filhos de Deus, e ao poder de teimosia e de Esperança”. (13).

Muito expressiva também é a declaração entregue à imprensa pelos bispos do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Roraima a 22 de maio de 1979, após o encontro do Manaus, destinado à reformulação de planejamento pastoral, “para uma evangelização mais eficaz”.

Neste documento, os bispos afirmam explicitamente:

(13) *Extra, Realidade brasileira*, n° 3, fev. de 1977, pp. 44-45.

“Reconhecemos que para esta evangelização é indispensável uma encarnação constante na realidade, que nem sempre os agentes de pastoral conseguem alcançar.

Nossa evangelização, apesar de boa vontade, nem sempre se revela libertadora. Influem nisto as citadas dificuldades e outros fatores que dependem da realidade em que devemos encarnar-nos.

A Igreja da Amazônia tem consciência que não pode nem deve alhear-se à situação do povo, nesta fase de mutações aceleradas, que apresenta, como características principais, situações de angústia e desequilíbrios, que se constituem em verdadeiras injustiças”.

E após elencar uma série de situações injustas os prelados acrescentam:

“Para que nós, pastores da Igreja, em comunhão com o nosso povo, possamos assumir nossa parte de responsabilidade na libertação de todas as escravidões que nos oprimem, reformulamos as linhas prioritárias do nosso plano de pastoral . . .” (14).

É, pois, em nome de sua missão evangelizadora, que diversos bispos procuram assumir uma atitude profética na denúncia das injustiças sociais.

1.4. MISSÃO PROFÉTICA

A consideração de que uma ordem social justa constitui uma exigência da própria tarefa de transmissão de fé entre o povo, conduz os prelados ao exercício de uma missão profética de defesa da justiça social.

Assim, na *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus*, de 25 de outubro de 1979, os bispos declaram:

“A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens”.

(14) *Extra, Realidade brasileira*, n° 3, fev. de 1977, p. 63.

A preocupação da Igreja, portanto, não se restringe apenas à solução dos problemas individuais, mas atinge também a reforma das estruturas sócio-econômicas.

E os prelados acrescentam com ênfase:

“Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos, para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo”. (15)

É evidente uma mudança significativa de atitude por parte da hierarquia eclesiástica. Com suas denúncias, os bispos atingem agora os próprios detentores do poder, tanto político, como econômico, na ordem vigente no país.

Análoga posição profética é assumida pelos prelados no documento: *Exigências cristãs para uma ordem política*.

Eis um tópico significativo da nova atitude episcopal:

“A Igreja deve seguir o exemplo de Cristo. Ela não deve excluir ninguém . . . Mas sua opção e seus prediletos são os fracos e os oprimidos. Não se pode ficar indiferente à espoliação do índio expulso de suas terras, à destruição de sua cultura. Não se pode fechar os olhos ante a grave situação de insegurança em que vivem os pequenos, ante a fome dos pobres e a desnutrição das crianças. Não se pode ignorar os desenraizados, os migrantes que buscam novas oportunidades, e que somente encontram abrigo debaixo dos viadutos ou se aninham nos arredores das grandes cidades”. (16)

Outro exemplo da atuação profética do episcopado brasileiro pode ser visto na introdução ao documento sobre *Igreja e problemas da terra*. Eis o texto:

“A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por toda a parte o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra, ou impossibilitado de alcançá-la”.

Diante desse fato, os prelados afirmam com convicção:

(15) *Extra, Realidade brasileira*, n° 3, fev. de 1977, pp. 26.

(16) *Comunicação Pastoral ao povo de Deus*, S. Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 18.

"É missão da Igreja convocar todos os homens para que vivam como irmãos, superando toda a forma de exploração . . .

Devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra". (17)

Poder-se-iam multiplicar os exemplos de denúncias de situações injustas.

Importa ressaltar ainda que os prelados não se contentam com expressões vagas, mas se preocupam ainda em indicar com clareza as profundas limitações do atual modelo sócio-econômico imposto ao país.

2. AS LIMITAÇÕES DA ORDEM VIGENTE

A partir dos anos 70 os bispos passam pouco a pouco a assumir uma posição crítica com relação ao modelo político e social implantado no Brasil pelo golpe militar de 1964.

O que sobremodo chama a atenção do estudioso da instituição católica não são tanto as denúncias feitas à ordem vigente pelo episcopado, mas a quantidade delas e a tônica de que são revestidas. Nunca de fato anteriormente a hierarquia católica assumira uma posição contestadora com relação ao poder constituído e à organização política e social do país. Por várias vezes, aliás, nesta última década, a imprensa referiu-se a um verdadeiro confronto entre Igreja e Estado.

Esse fato parece indicar dois aspectos importantes: por um lado, o amadurecimento do espírito crítico entre os prelados, e por outro, a consciência de que a situação social atingira tal gravidade, que urgia uma nítida tomada de posição do episcopado diante dela.

Parece relevante destacar também na argumentação dos bispos o estabelecimento de vinculações entre as questões de ordem social e aspectos de ordem política e econômica.

De fato, a preocupação com os problemas sociais da população brasileira não é nova na esfera da atuação da Igreja Católica. A novidade resulta exatamente na afirmação de que esses problemas são decor-

(17) *Igreja e problemas da terra*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980, pp. 3-4.

rentes das estruturas econômicas vigentes e do modelo político implantado no Brasil.

Eis um exemplo significativo. Ao traçar as diretrizes gerais de ação pastoral para a Igreja do Brasil no quadriênio 1975-78, os bispos faziam a crítica do processo de modernização do país intensificado a partir dos anos de governo militar, nos seguintes termos:

“As medidas tomadas no campo social esbarram com problemas estruturais e quase sempre apenas contornam as situações conflitivas. Uma minoria privilegiada usufrui, no momento, das melhorias que, hipoteticamente, poderão a longo prazo, também atingir a maioria, que por enquanto continua à margem daquele esforço.

As verdadeiras mudanças exigem tomada de posição, serena e objetiva, encarando como desafio à missão evangelizadora da Igreja, problemas como:

- a freqüente violação dos direitos humanos fundamentais;
- a ordem institucional vigente;
- a marginalização do povo em relação ao processo decisório; elaboração de possíveis opções diferentes do modelo de desenvolvimento nacional.
- a censura ou auto-censura junto aos meios de comunicação social;
- A inquietante ausência de participação do mundo operário nos benefícios da riqueza nacional;
- a angústia da situação dos posseiros em regiões de colonização agrária recente e o mundo rural em geral. (18).

Também no recente documento da CNBB sobre os prolemas da terra, aprovado em Itaici em fevereiro de 1980 os bispos declaram:

“O modelo de desenvolvimento econômico adotado favorece o lucro ilimitado dos grandes grupos econômicos”.

E mais adiante acrescentam explicitamente:

“O desejo incontrolado de lucros leva a concentrar os bens produzidos com o trabalho de todos nas mãos de pouca gente. Concentram-se os bens, o capital, a propriedade da terra e seus recursos, con-

(18) *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja do Brasil*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1975, p. 78.

centrando-se ainda mais o poder político, num processo cumulativo resultante da exploração do trabalho e da marginalização social e política de maior parte do nosso povo”.

Essa orientação política e econômica, segundo os prelados, tem conseqüências graves para a vida social. Daí as reflexões que eles fazem a seguir, nos seguintes termos:

“Estamos diante de um amplo processo de expropriação dos lavradores, levada a efeito por grupos econômicos. Lamentavelmente, a própria definição da política governamental em relação aos problemas da terra fundamentam-se num conceito de desenvolvimento social inaceitável para uma visão humanista e cristã da sociedade”.

E os bispos concluem enfaticamente:

“Não se pode aceitar que os objetivos econômicos, mesmo numa certa fase do desenvolvimento, sacrifiquem o atendimento das necessidades e dos valores fundamentais da pessoa humana”. (19).

Este entrelaçamento entre aspectos políticos, econômicos e sociais constitui de fato a tônica de diversos documentos episcopais.

Por razão de ênfase, cada um desses tópicos será analisado isoladamente a seguir, com maior especificação dos problemas daí decorrentes.

2.1. LIMITAÇÕES POLÍTICAS

Diversas vezes, nos documentos recentes, o episcopado refere-se às limitações e deficiências do atual modelo político.

Dois são os aspectos que mais chamam a atenção do episcopado: o autoritarismo do sistema, vetando a participação política, e a utilização da força e da violência para a manutenção de regime.

Merece relevo em primeiro lugar a questão da participação política. As restrições à participação do povo nas decisões do governo constitui, segundo os bispos, uma das mais graves lacunas do regime político vigente.

(19) *Igreja e problemas da terra*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980, pp. 13-15.

Em documento da CNBB publicado em 1977, os bispos escrevem:

“A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples espectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema”.

É fácil perceber no texto acima uma crítica ao regime militar implantado no país em 1964, e no qual os tecnocratas passaram a ser os dirigentes efetivos do país.

Mais adiante os bispos acrescentam:

“A liberdade de discussão dos grandes problemas nacionais, dentro do ideal democrático, é uma forma fundamental de participação nas sociedades políticas bem ordenadas. Só esta liberdade garante o direito à oposição, a possibilidade do debate sobre as alternativas do destino de uma Nação. Sem esta liberdade, o próprio direito de pensar gera suspeitas de ameaça à ordem pública, tomando-se objeto de ação repressiva. Uma censura arbitrária nesse campo não teria justificativas nas exigências do bem comum, e levaria, rapidamente, à perda de credibilidade da parte do Estado com poder legal”. (20)

Também aqui é evidente a alusão às liberdades políticas de que o povo brasileiro ficou privado ao longo do período de regime autoritário. Aliás, como muito bem lembram os bispos, é somente mediante a ação repressiva que se consegue privar o povo de seu direito à participação política.

Por isso, outro aspecto severamente criticado é a doutrina da segurança nacional, que sobrepõe os direitos do Estado ao dos cidadãos que o compõem.

Eis a palavra dos prelados a esse respeito:

“A segurança, como bem da nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos com-

(20) *Exigências cristãs de uma ordem política*, São Paulinas, 1977, pp, 16-17.

pulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade frequente e quase total". (21).

Aliás, não faltam também as denúncias explícitas contra as prisões e as torturas.

Já no documento pastoral da CNBB, publicado em maio de 1970, os bispos declaravam:

"É notório que, apesar dos desmentidos, há bem viva na consciência de nossa população e muito difundida na opinião pública internacional a convicção de que é relevante a incidência dos casos de tortura no Brasil".

Esse tema voltou a ser abordado pelo episcopado paulista em Brodosqui em 1972 e no documento de Itaici, de 30 de outubro de 1975, sob o título: "Não oprimas teu irmão". Nesse último texto, lê-se explicitamente:

"Assistimos de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam geralmente a forma de verdadeiros seqüestros; pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes, algumas das quais chegam ao conhecimento público; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive de autoridades".

E os prelados acrescentam com acuidade:

"O mais grave é que muitos destes atos, que levam a um clima de insegurança, são praticados sob pretexto de defender e manter a paz e a tranquilidade da sociedade, alegando seus patrocinadores estarem alicerçados em princípios cristãos. Ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com os sofrimentos e vítimas das prisões e torturas, e participamos da angústia de seus parentes e amigos, reiteramos as graves advertências contidas em nossa mensagem de Brodosqui, S.P., *Testemunho de Paz*, de junho de 1972".

Eis um texto da referida mensagem, em que se critica as restrições à aplicação da justiça no país:

(21) *Exigências cristãs de uma ordem política*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, pp. 14-15.

“Lamentamos também, de modo especial, a suspensão da plena garantia do habeas corpus. Colocamo-nos ao lado dos que pleiteiam o retorno total dessa garantia. É exatamente sua falta que contribuiu não pouco a criar e a manter um clima de insegurança social. Insegurança de pessoas que se sentam ameaçadas de prisão e maus tratos até sob meras suspeitas ou por engano. Insegurança de famílias inteiras, impossibilitadas de obter durante meses notícias de membros seus presos. Insegurança da própria sociedade, incapacitada de confiar naqueles que tem a responsabilidade de sua proteção”. (22).

Como se pode observar estavam conscientes de que a ordem política no país estava numa fase de deteriorização acentuada.

2.2. LIMITAÇÕES ECONÔMICAS

Não é apenas porém, o modelo político que os bispos criticam severamente. Eles ressaltam também as profundas lacunas existentes no modelo econômico implantado no país.

Não deixa de ser significativo este quadro geral, apresentado num documento da CNBB de 1979:

“A política econômica brasileira historicamente funcionou, atingindo até mesmo por vezes taxas miraculosas de crescimento, mas sempre apoiada sobre uma injustiça estrutural. Durante muito tempo a economia foi bem ou supostamente bem, e o povo realmente mal. Hoje são poucos que podem contestar que ambos vão mal”. (23).

Constitui uma novidade a preocupação dos prelados em indicar as causas geradoras desses problemas, denunciando principalmente as estruturas econômicas injustas implantadas no país.

Os bispos criticam principalmente a concentração de renda nas mãos de poucos, e a conseqüente deteriorização do poder aquisitivo do povo.

Uma primeira grande denúncia foi feita por D. Pedro Casaldáliga bispo de São Felix, em sua carta pastoral de 10 de outubro de 1971. Nesse documento, após mostrar as condições precárias em que vive a população da região, e o processo de exploração da terra, o bispo de-

(22) *Extra, Realidade Brasileira*, nº 3, fev. de 1977, pp. 28-29.

(23) *Subsídios para uma política social*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1979, pp. 7-8.

clara:

“O que vivemos nos deu a evidência da iniquidade do latifúndio capitalista, como pre-estrutura social radicalmente injusta; e nos confirmou na clara opção de repudiá-lo.

Sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para a desmitificação da propriedade privada. E que devemos urgir, com tantos outros homens sensibilizados — uma Reforma agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens”.

E o prelado conclui enfaticamente:

“A injustiça tem um nome nesta terra: o Latifúndio. E o único nome certo do desenvolvimento aqui é Reforma Agrária”. (24).

A consciência da injustiça do modelo econômico passa em seguida a ser generalizada a nível de todo o episcopado.

Assim, por exemplo, referindo-se à afirmação do papa João XXIII de que o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico, mas deve ser integral, os bispos comentam:

“Todo desenvolvimento tem um preço social, mas é uma exigência ética indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamente distribuído e socialmente destinado”.

E explicam em seguida:

“Tal preço não é justo quando não há equivalência entre o valor da prestação de cada um no esforço comum e o valor de sua participação na riqueza criada. Não é equitativamente distribuído, quando recai mais pesadamente e sem razão que o justifique sobre uma parte da Nação mais que sobre a outra. Não é socialmente destinado, quando, sem se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo à formação de classes privilegiadas”. (25).

Em *Subsídios para uma política social*, elaborado em 1979, a denún-

(24) *Extra, Realidade brasileira*, nº 3, fevereiro de 1977, pp. 28-29.

(25) *Exigências cristãs de uma ordem política*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, pp. 20.

cia do modelo econômico é feita explicitamente:

“Não há exagero em afirmar que o ilusório milagre brasileiro foi pago em grande parte pela erosão dos salários do pobre, pelo arrocho salarial por ele sofrido durante tantos anos”. (26).

No documento sobre os problemas da terra, os bispos vão ainda mais além, afirmando que o modelo político brasileiro está a serviço da grande empresa, em detrimento dos interesses e dos direitos do povo. Eis o teor do texto:

“A política de incentivos fiscais é uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias à custa e em detrimento da agricultura familiar. Até junho de 1977 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas, enquanto os restantes 5 bilhões, mais de 70% do total, eram provenientes dos chamados incentivos fiscais”.

E o documento prossegue neste tom de denúncia:

“A política de incentivos fiscais desvia dinheiro de todos para uso de uma minoria, não atendendo às exigências do bem comum. Esse dinheiro deixa de ser aplicado em obras de interesse público para ser desfrutado, como coisa própria, pela grande empresa. Embora se reconheça oficialmente que a maior parte da alimentação em nosso país provem dos pequenos produtores, até hoje não se promoveu uma política de incentivos fiscais ou de renda em seu favor. Essa política revela o Estado comprometido com os interesses dos grandes grupos econômicos”. (27).

Este documento é sobretudo importante, pois evidencia que os prelados se tornam cada vez mais conscientes a respeito da vinculação existente entre interesses políticos e econômicos. Nas décadas anteriores os bispos pareciam ignorar esse aspecto, vendo apenas o governo político como instrumento favorável ou desfavorável à promoção da religião católica no país.

Além disso, os bispos mostram-se plenamente conscientes de que os

(26) *Subsídios para uma política social*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1979, p. 27.

(27) *Igreja e problemas de terra*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980, p. 8.

problemas sociais dependem em grande parte da orientação da política econômica. Sob esse aspecto, o documento *Subsídios para uma política social* faz uma denúncia formal, nos seguintes termos:

“Há uma insatisfação generalizada com relação à política econômica. Para funcionar, permitiu uma crescente concentração de renda, não atendeu às necessidades básicas do povo; e, o que é mais incongruente, mesmo assim não funcionou, no sentido de atingir os objetivos a que se propunha: combater a inflação e reduzir a dívida externa”.

Em seguida lêem-se estas palavras perpassadas de amargor:

“A credibilidade dessa política se mantém à custa de explicações cada vez mais sofisticadas para coonestar os fracassos. Acontece que o povo não entende de explicações técnicas; ele entende apenas dos fatos, os fatos concretos, como encontrar cada semana mais caros os preços de venda, da feira, da farmácia, dos transportes. O povo não vive de teorias; o povo vive ou morre de realidade”. (28).

A dura realidade em que vive o povo brasileiro, aliás, é retratada com tintas bem marcantes na análise que os bispos fazem dos aspectos sociais decorrentes do modelo sócio-econômico vigente no país.

2.3. LIMITAÇÕES SOCIAIS

A estrutura e a organização social dependem em grande parte do modelo econômico e político adotado pelo governo. Sendo o atual modelo brasileiro orientado para defender os interesses dos grandes grupos econômicos, as conseqüências sociais se fazem sentir ao nível do do povo.

Nos documentos dos bispos encontram-se diversas denúncias a respeito dos problemas sociais que atingem a população. Os prelados referem-se à acentuada marginalização do povo brasileiro, bem como as constantes migrações internas; assinalam também a falta de justiça para com os pobres, vítimas frequentes da repressão policial.

(28) *Subsídios para uma política social*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1979, pp. 32-33.

(29) *Exigências cristãs de uma ordem política*, São Paulo Ed. Paulinas, 1977, pp. 12-13.

Num dos tópicos de *Exigências cristãs para uma nova ordem social*, os bispos declaram:

“A existência, em vastas regiões, do fenômeno de marginalização, é prova da não-realização do bem-comum; entre outras causas, a marginalização tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas em função dos interesses de classes ou grupos, e não em função dos interesses de todo o povo”.

E em seguida acrescentam:

“A marginalização manifesta-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto; é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas. Ser marginalizado é sobretudo não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder dispor de representatividade eficaz para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado, não como sujeito de direito, mas como objeto de favores outorgados nas medidas necessária à redução das reivindicações; é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizado é não ter possibilidade de participar. É ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem”. (29).

Trata-se pois, de um texto onde se põe a nú a dura realidade de parte significativa da população, que vive à margem dos benefícios efetivos do progresso econômico da nação.

Entre os aspectos ressaltados pelos bispos no documento *Comunicação pastoral ao povo de Deus*, merece destaque, entre outros, a falta de justiça para com os pobres. Afirmam eles:

“São os pobres, os indefesos que enchem as cadeias, as delegacias, onde as torturas são frequentemente em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade, ou presos durante o “arrastão” das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem”. (30).

(30) *Comunicação pastoral ao povo de Deus*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 12.

Não é apenas a violência urbana para com os pobres que é denunciada pelo episcopado. Os prelados chamam também a atenção do governo e do povo para a violência rural, que tem como consequência a aceleração do movimento migratório dentro do país.

Aliás, tanto as migrações como o sistema de violência no campo são decorrência do processo de marginalização do povo. A esse respeito, os bispos escreveram:

“Há no país, milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de origem, ao longo dos anos, devido principalmente à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens e à transformações nas relações de trabalho na lavoura. Sem contar os milhares de migrantes que, como extensão da migração interna, tem-se dirigido aos países vizinhos”.

E mais adiante prosseguem com esta denúncia:

“Em quase todas as unidades da Federação, sob formas distintas, surgem conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros, e do outro, posseiros e índios. Violências de toda a ordem se cometem contra esses últimos para expulsá-los da terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais até forças policiais, oficiais de justiça e até juízes. Não raro observa-se a anomalia gravíssima da composição de forças de jagunços e policiais para executar sentenças de despejo”. (31).

O panorama da realidade brasileira é, por conseguinte, dramático, quando não trágico; é esta a interpretação dominante nos documentos episcopais brasileiros durante a última década.

Não deixa de causar admiração esta posição de denúncia tão veemente da ordem social estabelecida no país, levada avante por esse grupo, representante do poder eclesiástico, e que até poucos anos atrás se constituía num dos baluartes do poder político e da estrutura social vigente.

3. PERSPECTIVAS PARA UMA NOVA ORDEM SOCIAL

A hierarquia católica do Brasil não se limita apenas a denunciar as

(31) *Igreja e problemas da terra*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980, pp. 10-11.

graves lacunas existentes no atual modelo político e econômico. Os prelados se preocupam também em indicar diversas perspectivas para uma nova organização da sociedade. Isto constitui na realidade, um fato totalmente novo na história do Brasil.

De fato, um dos princípios básicos do modelo de Igreja tridentina, vigente no Brasil a partir de meados do século passado, era a nítida separação de atuação da Igreja e do Estado. Segundo a mentalidade implantada nessa época, à Igreja competia a preocupação com os problemas de ordem espiritual, sintetizada na frase das missões populares: "salva a tua alma", enquanto ao Estado cabia definir os problemas de ordem temporal, ou seja, referentes aos aspectos políticos, sociais e econômicos.

A partir do Concílio Vaticano II, porém, o modelo tridentino de Igreja hierárquica começou a ser questionado, sendo substituído progressivamente pela concepção de Igreja como povo de Deus. Ao mesmo tempo a Igreja Católica passou também a se interessar pelas diversas questões referentes à organização da sociedade.

Na América Latina, a Assembléia de Medellin, realizada em 1968, marcou uma preocupação declarada do episcopado pelos problemas de natureza sócio-econômica, tendo em vista as condições de sub-desenvolvimento típicas desses países.

Mas é sobretudo a influência do laicato católico, como já se ressaltou anteriormente, que obrigou sempre mais os bispos a tomar posição diante da realidade brasileira, tendo em vista uma nova ordem social.

3.1. ASPECTOS POLÍTICOS

O pressuposto básico para que se crie uma nova ordem social no país é que se modifique o sistema de governo resultante do movimento militar de 1964.

Tendo indicado anteriormente as principais deficiências do regime político vigente, procuram os bispos traçar as perspectivas de um novo modelo político, enfatizando justamente os aspectos que até o momento presente tem sofrido maiores limitações.

Dois aspectos merecem destaque especial na análise dos prelados: a criação de um Estado de direito, onde novamente o estatuto juridi-

co volte a ter um significado real, e a necessidade de se promover a participação de todas as camadas sociais no estabelecimento desse novo modelo político.

Uma das preocupações básicas dos bispos é que se instaurasse no Brasil um Estado onde o direito seja verdadeiramente respeitado, em função do bem comum. Por isso eles declaram:

“É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda a ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que deriva de sua responsabilidade pelo bem comum”.

Em seguida explicitam ainda mais o seu pensamento nos seguintes termos:

“É nesse direito que se funda a força da autoridade do Estado. Toda força exercida à margem e fora do direito é violência. Um Estado de direito se caracteriza, pois, por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozam de seus direitos, e tem possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente”. (32).

Embora esses aspectos pareçam óbvios, eles constituem na verdade uma refutação implícita da doutrina da segurança nacional, base do Estado autoritário ainda vigente no país.

Além disso, os bispos procuram também enfatizar a necessidade de uma maior participação de todos os segmentos da população nas decisões de caráter político, econômico e social.

A esse respeito, eis algumas afirmações significativas dos prelados:

“Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum, e umas das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política”.

Em seguida os bispos acrescentam este tópico bastante expressivo:

(32) *Exigências cristãs de uma ordem política*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 10.

"A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições e certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo, as dos estudantes, intelectuais, artistas, operários, lavradores e líderes populares".

Como se pode observar, os bispos fazem uma proposta totalmente nova para o país, porque até o presente a participação política foi sempre considerada como um domínio exclusivo das classes dominantes. Em outras palavras, somente o poder econômico conferiu até hoje o direito de participação política, salvo pequenas exceções.

Sobre o tema da participação, os prelados chegam à seguinte conclusão:

"Somente um povo convocado a participar do processo do seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios exigidos, os quais de outra forma, podem criar tensões e revoltas sociais, com agravamento do estado de violência, de repressão e de corrupção". (33).

No documento *Subsídios para uma política social*, publicado pela CNBB, são elencados sinteticamente os aspectos básicos para uma nova orientação política, nos seguintes termos:

"De uma nova política se espera que ela seja pensada em função do homem; que crie condições reais para a valorização desse homem, e elimine a injustiça estrutural que nos levou à situação da qual todos sofreremos".

E com profundo senso de realismo se acrescenta:

"Não se trata de um exercício de simulação teórica. Trata-se de tomar agora um pequeno número de decisões capazes de criar novas condições concretas sobre as quais será possível fundar reformas mais ambiciosas. Algumas medidas, mesmo que não representem uma transformação radical, imediata e realisticamente inviável, libertam dinamismos que possibilitarão chegar, com menos desgastes, aos objetivos desejados". (34).

(33) *Exigências cristãs de uma ordem política*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, pp. 13-15.

(34) *Subsídios para uma política social*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1979, p. 25.

A nova organização política do Estado, por sua vez, deve oferecer condições favoráveis para as reformas de caráter econômico.

3.2. ASPECTOS ECONÔMICOS

Sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes dos documentos recentes do episcopado é a denúncia explícita dos males do capitalismo. Nota-se que os bispos tomam consciência pouco de que uma nova ordem social supõe uma mudança na estrutura sócio-econômica da nação.

É significativa a insistência dos prelados em declarar que somente um novo modelo econômico pode diminuir a gravidade dos problemas sociais.

No documento *Marginalização de um povo*, declara-se explicitamente:

“É preciso vencer o capitalismo. É ele o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos; a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria. Por isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, da terra, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja superada. Enquanto uns poucos são só donos desses lugares e meios de trabalho, a grande maioria do povo está sendo usada e não tem vez. A grande maioria trabalhará para enriquecer uns poucos, e estes enriquecerão às custas da miséria da maioria”. (35).

Se o texto acima referido representava apenas o pensamento dos prelados da região centro-oeste, o documento sobre *a Igreja e os problemas da terra* foi aprovado na 18ª assembléia da CNBB em Itaici a 14 de fevereiro de 1980. Na conclusão desse documento, o episcopado brasileiro afirma categoricamente.

“Entendemos que a problemática dos trabalhadores rurais e urbanos e a problemática da terra só terão solução verdadeira se forem mudadas a mentalidade e a estrutura em que funciona a nossa sociedade. Enquanto o sistema político-econômico estiver a favor dos lucros de pequeno número de capitalistas, e enquanto o modelo educacional servir de instrumento de manutenção desse sistema, inclusi-

(35) *Marginalização de um povo*, in Lima, Luiz Gonzaga de Souza, 1980, o.c., anexo 2, pp. 238-239.

ve desestimulando a vida rural e seus valores, então não terá solução verdadeira a situação de injustiça e de exploração do trabalho da maioria". (36).

Neste último documento existem também pistas bastantes significativas para a criação de uma nova ordem econômica no país. Uma idéia parece ser generalizada entre os bispos: a necessidade de mudança do modelo econômico.

Nesse sentido, os prelados do centro-oeste declaram enfaticamente:

"É preciso fazer um mundo diferente. Não sabemos bem como ele deve ser. Mas já desconfiamos. Queremos um mundo onde os frutos do trabalho sejam de todos. Queremos um mundo em que se trabalhe não para enriquecer, mas para que todos tenham o necessário para viver: comida, zelo com a saúde, casa, estudo, roupa, calçados, água e luz. Queremos um mundo em que o dinheiro esteja a serviço dos homens e não os homens a serviço do dinheiro. Queremos um mundo em que todos possam trabalhar para todos, não um mundo dividido em que cada um procura só para si. Por isso, queremos um mundo em que haja um povo só, sem a divisão entre ricos e pobres. Queremos um mundo onde todos façam tudo o que são capazes de fazer para o bem de todos".

Em seguida, prosseguem nestes termos bastante significativos:

"O nosso ideal de um mundo novo será possível? Uns, os que estão achando bom este mundo capitalista, dizem que não. Não se aproveitando e não querem mudar. Por isso é que dizem que tornar tudo de todos e para todos ("Socializar") é anticristão e contra Deus...

Mas outros, que se juntam ao povo marginalizado, ouvem o seu grito e aceitam o seu convite, acreditam não só que esse mundo novo é possível, mas que ele é uma necessidade".

E os prelados concluem:

"Acreditamos nós que esse mundo será feito sobretudo com o

(36) Igreja e problemas de terra, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980, p. 37.

trabalho dos que hoje são desprezados, com o nosso povo". (37).

Em última análise, os bispos desejam que a questão econômica do país não constitua um setor isolado, mas que seja analisada sempre dentro de uma perspectiva social.

Por isso o documento *Subsídios para uma política social* declara enfaticamente:

"A revisão da política econômica deve ser orientada no sentido de investir no homem, de criar condições de valorização do capital humano. Esse deveria ser o critério decisivo da revisão que se apresenta não só como necessário mas urgente.

Nenhum país pode enfrentar com êxito o desenvolvimento, permitindo o desperdício dos próprios recursos humanos. Nenhuma democracia pode resistir às tentações totalitárias, se não se apoiar no próprio povo, pela satisfação de suas carências e pelo atendimento de suas legítimas aspirações". (38).

Tanto a economia como a política, portanto, só tem razão de ser se for efetivamente orientada para o benefício do próprio povo.

3.3. ASPECTOS SOCIAIS

As mudanças políticas e econômicas devem em última análise criar uma nova ordem social mais justa e mais humana; devem dar origem a uma sociedade que não seja feita apenas para o bem de um pequeno grupo de privilegiados, mas que vise diretamente, através de suas estruturas e organização, o benefício de todo o povo.

Para a criação de uma nova ordem social os prelados ressaltam diversos aspectos.

No documento sobre os problemas da terra, os bispos indicam algumas medidas básicas que devem ser tomadas em função de uma ordem social mais justa. Essa é a finalidade da atuação pastoral da Igreja. Declaram os prelados:

"Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do

(37) *Marginalização de um povo*, in Lima, Luis Gonzaga de Souza, o.c., anexo 2, pp. 238-239.

(38) *Subsídios para uma política social*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1979, pp. 22-23.

povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação, para que sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda a sua classe”.

Os prelados estão conscientes de que a questão da terra é fundamental para que o homem rural tenha as mínimas condições para uma existência humana. Por isso eles afirmam formalmente:

“Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para o seu cultivo.

Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover os regimes da propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho. Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação e/ou reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população”.

Não é apenas para o mundo rural que se dirige a atenção do episcopado. Também o problema dos trabalhadores urbanos constitui objeto de atenção por parte dos bispos. Por isso eles acrescentam no mesmo documento:

“Empenhamo-nos em defender e promover as legítimas aspirações dos trabalhadores urbanos — muitos deles expulsos do campo — em relação aos direitos necessários a uma existência digna de pessoa humana, especialmente no que se refere ao direito a terreno e moradia, alterando o regime de propriedade urbana e da especulação imobiliária, e ao direito fundamental ao trabalho e justa remuneração”. (39).

Outro aspecto denunciado pelos bispos é a gritante desigualdade social existente no país, e que está a exigir uma mudança substancial.

Eis as afirmações do documento da CNBB relativo a uma política social:

“Nossa sociedade está dividida em dois setores caracterizados por ser-

(39) *Igreja e problemas da terra*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980, pp. 34-35.

viços diferentes. São setores de dimensões muito desiguais, compreendendo um a imensa maioria presa aos serviços humildes, e outro a uma pequena minoria ocupada nos serviços nobres”.

E acrescentam mais adiante:

“Há diferenças graves que marcam a situação de injustiça estrutural, à qual já nos referimos. Entre essas diferenças, destacam-se: primeiro, é a minoria que impõe as regras de serviço da maioria, sem sua participação: níveis de emprego e de salários, condições de trabalho, e outras; segunda, não há plena reciprocidade nas prestações dos respectivos serviços, enquanto a totalidade dos serviços da maioria garante a prosperidade da minoria, esta pode usufruir para seu consumo privilegiado uma parcela considerável dos resultados globais; terceira, não há equidade na distribuição do rateio final; as rendas continuam a concentrar-se, enquanto hoje no Brasil há mais gente faminta e desnutrida, sem casa, sem emprego, apesar dos esforços que veem sendo ensaiados. Compreende-se neste contexto, a referência dos bispos, reunidos em Puebla, à existência “de ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres”.

Enfim, o documento se encerra com esse apelo de esperança:

“O Brasil ainda tem a chance de não se comprometer com processos de desenvolvimento que podem conduzir ao colapso. O Brasil ainda tem chances de privilegiar no seu modelo as exigências de um desenvolvimento integral da qualidade de vida, mais do que o esforço exclusivo de pretender chegar a onde os outros chegaram. Buscar a paz interna pela justiça; buscar a justiça pelo atendimento das mais humildes aspirações de um povo que sofre, descobrir formas de realização humana a menores custos ecológicos, são exigências da qualidade de vida, são valores que devem ser assumidos para preservar as possibilidades de orientar o Brasil para um desenvolvimento mais original em função das necessidades reais de seu povo” (40).

Em suma, apesar de todos os percalços, os bispos continuam nutrindo esperanças de que o projeto em torno de uma nova ordem social possa de fato torna-se uma realidade efetiva num futuro próximo.

(40) *Subsídios para uma política social*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980 pp. 34-35.

CONCLUSÃO

Ao término deste estudo, um aspecto parece emergir com bastante evidência: a hierarquia aclesiástica parece estar efetivamente comprometida com o projeto de uma nova ordem social, e disposta a colocar-se ao lado do povo para que essas aspirações possam um dia tornar-se realidade.

Essa nova atitude pastoral é, sem dúvida, a resultante de diversos fatores conjugados e que convém assinalar de forma sintética.

O primeiro ponto que merece destaque na atual posição da Igreja é a consciência mais nítida entre os prelados de que os problemas de natureza política econômica e social tem vinculações com a questão da transmissão da fé católica. Até um passado bem próximo a ênfase da doutrina da Igreja era com relação à salvação da alma, deixando aos poderes civis e militares a solução dos problemas do corpo, fossem eles referentes ao governo político, à atividade econômica ou à organização social. Na nova visão eclesiástica a evangelização católica diz respeito ao homem todo, envolvendo portanto os direitos humanos de alimentação, saúde, educação, residência, vestuário e trabalho, e simultaneamente as questões de justiça social que esses diversos tópicos envolvem. Por isso repetidamente os prelados declaram seu compromisso com o povo, e especialmente com os mais necessitados.

Outro aspecto que emerge com bastante nitidez dos documentos episcopais analisados é a preocupação cada vez mais clara de que as questões políticas, econômicas ou sociais não podem ser tratadas isoladamente, mas que estão profundamente entrelaçadas entre si. Por isso os bispos dão-se conta de que os grandes problemas sociais que angustiam hoje a população brasileira tem sua causa principal no modelo econômico adotado, subtentado por sua vez por um tipo de governo autoritário. Enfim, os bispos percebem que não basta apenas deplorar os males sociais, mais que é necessários também ter uma consciência crítica que permita identificar as fontes geradoras dessa situação .

Deve-se ressaltar também que pela primeira vez na história do Brasil os prelados passam a denunciar abertamente o sistema capitalista, indicando inclusive suas nefastas conseqüências para a sociedade brasileira. Desde a revolução russa de 1917, os documentos eclesiásticos passaram a denunciar violentamente os males do comunismo, e a alertar vivamente a população e as autoridades brasileiras a respeito do perigo da infiltração bolchevista no país. É somente a partir da

década de 50 que de fato os problemas sociais da população brasileira começam a ser objeto de análise nos documentos pastorais do episcopado. Mas a denúncia do capitalismo como origem desses males constitui um fato novo na história eclesiástica do Brasil.

Convém ainda assinalar que os prelados chegam algumas vezes até mesmo a propor alguns elementos que deveriam integrar a nova ordem social. Nesse sentido alguns documentos utilizam a palavra "socialização". Todavia, é necessário ressaltar também que se trata em geral de alusões muito vagas, sem pretensões de constituir-se na elaboração de um projeto alternativo em termos de ciência política e econômica, com relação à situação atual.

Merece também uma alusão especial o fato de que pela primeira vez na história eclesiástica alguns prelados reconhecem publicamente de que no passado houve comprometimento entre os interesses da Igreja e os do governo do país, nem sempre condizentes com o bem da população. Esses bispos aceitam essa circunstância desairosa com serenidade. Ao invés de procurar explicá-la ou justificá-la com argumentos apologeticos, assumem o fato com espírito crítico para que possa servir de ponto de partida para uma atitude mais responsável diante da complexa realidade social, evitando assim repetir atitudes ingênuas e simplistas do passado.

Em estudo publicado em 1977 D. Antônio Celso Queirós bispo auxiliar de São Paulo, sintetiza a nova posição da hierarquia eclesiástica nos seguintes termos:

"Apesar de certas indecisões e mesmo contradições os anos 60 a 70 assistiram primeiro à entrada decidida da Igreja no campo social, e depois, uma cada vez mais nítida tomada de posição de solidariedade com os pobres e marginalizados. Uma das conseqüências mais importantes desse fato foi o distanciamento do poder político. Essa é uma realidade, cremos nós, absolutamente nova na história da Igreja do Brasil".

E em seguida acrescenta:

"Parece claro que a Igreja troca progressivamente o papel de partilha do poder político para o "bem" espiritual do povo, pelo papel profético de anúncio dos conteúdos anticristãos dos modelos sociais".

Conclui depois com esta observação significativa:

“Não há sinais, no mundo e no Brasil de hoje, de que essa missão profética possa ser exercida num clima de diálogo pacífico. Os regimes autoritários não são permeáveis a críticas de forma dos sistemas. A Igreja, que no mundo moderno sempre teve grande facilidade de conviver com os regimes autoritários, numa situação de consciência do profetismo descobre a inviabilidade do exercício tranquilo de sua missão em tais regimes”. (41).

Está ainda por ser feito um estudo especial sobre as causas que provocaram essa mudança de atitude e de mentalidade do episcopado brasileiro. Neste caso, evidentemente, a pesquisa deveria recuar além dos limites cronológicos propostos neste estudo, e utilizar outras fontes além da documentação aqui apresentada.

Não obstante, alguns aspectos transparecem da própria análise feita anteriormente. Assim, por exemplo, pela leitura dos documentos episcopais chega-se à conclusão que o fator que mais pesou na aproximação entre Igreja e povo foi a consciência cada vez mais nítida da hierarquia aclesiástica a respeito dos profundos desajustes sociais decorrentes da situação política e econômica vigente. Em última análise, foi a voz do povo sofredor que moveu os prelados a colocarem-se a seu lado na defesa de seus interesses. Assim sendo, pode-se talvez afirmar que anova posição da Igreja com relação à ordem social decorre principalmente da atuação pastoral eclesiástica na última década.

Não obstante, existem também outra razão que emerge dos documentos da hierarquia católica, embora bem menos enfatizada. É a nova visão teológica e pastoral em que se afirma a preocupação da Igreja com o homem todo, e não apenas com sua alma. Em consequência dessa concepção teológica, também a promoção humana passa a assumir uma parte destacada da atividade eclesiástica.

Todavia, tem-se a impressão que essa nova formulação teórica das metas pastorais da Igreja teve bem menos peso na mudança de orientação das diretrizes episcopais.

Nas entrelinhas dos textos episcopais pode-se observar que perdura ainda uma preocupação bastante acentuada com os interesses internos da própria Igreja.

(41) Queiroz, D. Antônio Celso, *A Igreja do Brasil*, Rio de Janeiro, CRB, 1977, pp. 11-12.

Não resta dúvida de que a falta de interesse do governo militar em aceitar a colaboração oferecida pela Igreja contribuiu também diretamente para que os bispos se aproximassem mais do povo. Em alguns textos os prelados aludem explicitamente à colaboração dada pela Igreja através da história na formação e educação do povo brasileiro, e lamenta que o Estado não reconheça atualmente os direitos da Igreja, e interprete mal a sua atuação. Essa tônica, porém, ressaltada nos primeiros documentos da década, vai sendo progressivamente abandonada ou reduzida a uma importância secundária.

Não falem também aqueles que interpretam a nova atitude da Igreja especialmente como demonstração de um oportunismo político. Ao ver-se alijada do poder, e desrespeitada em seus direitos pelo próprio governo, a Igreja teria buscado junto ao povo uma nova plataforma para o seu poder político. Não resta dúvida que tal ideologia possa estar presente na atitude de alguns bispos, mas parece difícil que ela possa caracterizar a hierarquia eclesiástica como um todo.

Não resta dúvida, porém, de que o processo de abertura política, recentemente iniciado pelo governo, constituirá um teste significativo para que num futuro próximo se possa verificar a profundidade da opção feita pelo episcopado, nesta década que finda, com relação à exigência de uma nova ordem social.